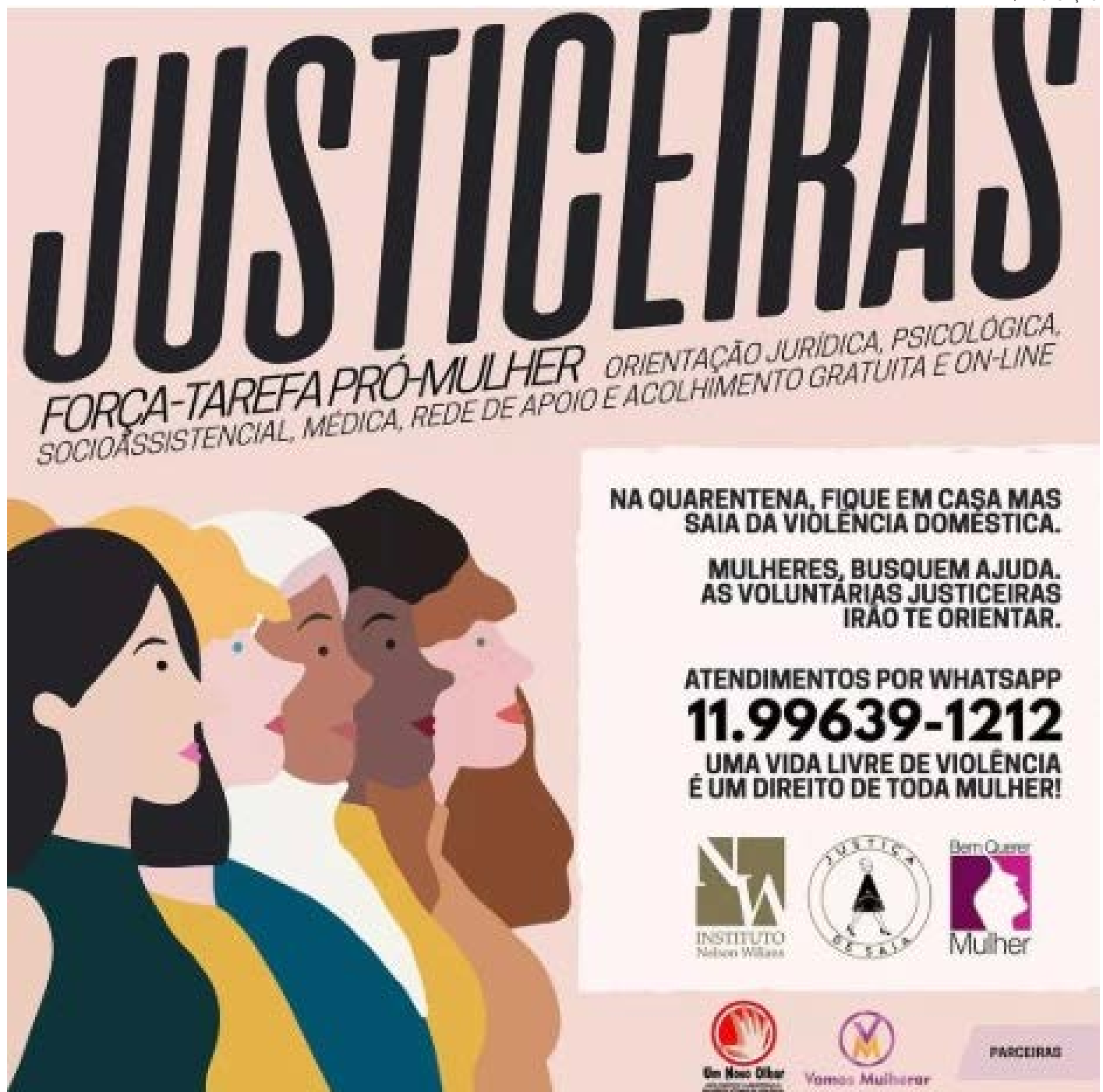


Uma tempestade perfeita? Mulheres e violência doméstica na pandemia

Projeto "As Justiceiras" já atendeu mais de 700 mulheres e constatou frequência de situações de desrespeito, abusos, desqualificação e agressões sofridas em suas relações

Beatriz Accioly Lins
2 de junho de 2020

ARTE/DIVULGAÇÃO






JUSTICEIRAS




FORÇA-TAREFA PRÓ-MULHER ORIENTAÇÃO JURÍDICA, PSICOLÓGICA,
SOCIOASSISTENCIAL, MÉDICA, REDE DE APOIO E ACOLHIMENTO GRATUITA E ON-LINE

NA QUARENTENA, FIQUE EM CASA MAS SAIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

MULHERES, BUSQUEM AJUDA. AS VOLUNTARIAS JUSTICEIRAS IRÃO TE ORIENTAR.

ATENDIMENTOS POR WHATSAPP
11.99639-1212
UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA É UM DIREITO DE TODA MULHER!

Atendimento pelo WhatsApp permite que mulheres se sintam à vontade para compartilharem situações pela primeira vez, facilitando deslocamentos e uso de recursos financeiros

Tão logo o mundo se viu tomado pelos assombros da Covid-19, relatos de diferentes países começaram a alertar autoridades, ativistas e especialistas para a correlação positiva entre as medidas de isolamento social - indispensáveis no enfrentamento à crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus - e o aumento de casos de violência doméstica contra mulheres..

Foi assim na China, na Itália, no Reino Unido e nos Estados Unidos. No Brasil, que costuma figurar constantemente entre os países mais mal ranqueados nos mais variados índices de violência contra suas cidadãs, não haveria de ser diferente. E não foi. Dado infeliz e esperado, já que o espaço doméstico costuma se desenhar, para uma parcela considerável de brasileiras, não como um lugar de segurança, bem-estar ou harmonia, mas de risco à integridade física e emocional.

Antevendo esse cenário nacional, ainda no início de março de 2020, foi criado o “Justiceiras”, uma força-tarefa voluntária que atende mulheres em situação de violência doméstica por meio de um número de WhatsApp, visando driblar dificuldades de deslocamentos, fechamentos totais ou parciais de órgãos públicos e limitações de recursos de mulheres que buscam escuta, ajuda e proteção em meio à pandemia. A iniciativa tem como norte o acolhimento e o compartilhamento de informações.

Compondo uma rede interdisciplinar, o “Justiceiras” é formado por advogadas, psicólogas, assistentes sociais, médicas, militantes pelos direitos das mulheres e entusiastas do projeto. Entre abril e maio de 2020, a iniciativa já havia atendido mais de setecentas mulheres, realizando mais de mil e duzentas acolhidas, encaminhamentos e esclarecimentos.

Durante esse período, foi possível construir uma relevante base de dados sobre as mulheres atendidas, os casos recebidos, as demandas mais frequentes, os principais obstáculos no tratamento da violência doméstica e entender de que maneira as circunstâncias sociais específicas das medidas de quarentena aprofundam desigualdades e violações dos direitos das mulheres, em especial, dentro do espaço doméstico.

Um quarto dos atendimentos envolveu orientações psicológicas, a maior demanda que recebemos no “Justiceiras”; 15% foram atendimentos socioassistenciais; e 21% da rede de apoio e acolhimento. No que tange à atuação jurídica de nossas voluntárias, 23% dos atendimentos envolveram dúvidas e encaminhamentos jurídicos. No contexto da pandemia, o próprio sistema de Justiça adotou uma série de mudanças positivas que possibilitam o acesso a seus serviços por meios online. Agora é possível, por exemplo, registrar boletins de ocorrência de violência doméstica sem se deslocar até uma delegacia, bem como pedir medidas protetivas de urgência e o afastamento do agressor do lar. Entre nossas atendidas, foram registrados 75 B.O.s eletrônicos e foram concedidas 42 Medidas Protetivas.

No “Justiceiras”, cedo percebemos que a pandemia não é causa, mas intensificadora de violências já existentes. É claro que a crise sanitária, somada à toda sorte de instabilidade econômica, política e social aumenta ansiedades, medos e nervosismos. O convívio exacerbado aliado à reestruturação de rotinas, mudanças profissionais e financeiras, acúmulo de tarefas domésticas, suspensão de atividades escolares e demandas de trabalhos remotos (ainda que para uma minoria) se combinam para avolumar a já turbulenta equação das relações violentas.

No entanto, longe de despertar ânimos agressivos ainda desconhecidos, a pandemia parece salientar o quão rotineiras e frequentes são as situações de desrespeito, desqualificação, agressões e abusos sofridos cotidianamente pelas mulheres em suas relações mais íntimas e afetivas. Nas falas de nossas atendidas, via de regra, a pandemia não fez surgir novos e inesperados agressores, mas veio se somar a situações vividas antes desse contexto, reforçando dificuldades, desavenças e conflitos que se repetem reiteradamente.

Aparecendo como mais um dos personagens que habitam os complexos relatos de violência doméstica, a pandemia atua como um complicador, gerando, entre outros, aumento dos conflitos sobre guardas dos filhos durante a quarentena, implicância com a realização do trabalho remoto (“home office”), discordâncias sobre adoção de medidas de confinamento, exigências sobre a realização do trabalho doméstico, vigilância constante sobre contas em redes sociais ou o uso de aparelhos celulares, e controle ainda maior sobre renda familiar. Mais recentemente, por exemplo, passamos a receber atendidas que relatam que seus companheiros tomaram posse, sem sua autorização, do auxílio emergencial concedido pelo governo federal.

Entre 31 de março a 31 de maio de 2020, 706 mulheres de todo o país procuraram o “Justiceiras”. Apenas os estados do Acre, Amapá e Roraima não apareceram entre nossas atendidas. A maior parte das atendidas (64%) tem entre 21 e 40 anos de idade e 51% se declararam negras - 4 atendidas são indígenas. Ainda 48% das mulheres que buscaram o Justiceiras está desempregada e 15% trabalha de maneira informal. Quatro em cada dez atendidas têm renda igual ou inferior a um salário mínimo.

Do total de atendidas, oito em cada dez relata ter sofrido violência em suas casas (82%), sendo que 42% moram com seus agressores; 39% das atendidas relatam sofrer violência física, 28% violência patrimonial e 10% violência sexual; e 86% do total

relatam passar por situações de violências psicológicas. No concernente a ameaças, o número chega a 41%, sendo que, de longe, as violências emocionais, verbais e morais são as mais frequentes nos relatos que recebemos, colocando em xeque certa associação ingênua própria do senso comum entre violência doméstica e agressões físicas, como a imagem do olho-roxo. Muitas atendidas relatam sofrer chantagens e ameaças ao tentarem romper os relacionamentos, fazendo com que elas tenham medo do término. A ruptura do relacionamento não garante o fim da violência. Em alguns casos, inclusive, pode ser um gatilho para novas violências. Em 40% dos casos atendido, o agressor é um ex-companheiro, namorado, marido ou, nas palavras comuns às atendidas, “pai dos meus filhos”.

Saúde mental

Os números produzidos pelos atendimentos do “Justiceiras” apontam para algumas circunstâncias já conhecidas por aqueles/as familiarizados/as com estatísticas sobre violência contra mulheres e desigualdades de gênero, como o alto índice de subnotificação dos casos para os órgãos de segurança pública. Apesar de salientarem a recorrência das violências sofridas, quase metade das nossas atendidas admite que nunca denunciou o agressor, mencionando o quanto sentimentos de vergonha, medo e solidão são frequentes em situações de violência doméstica. Dentro desse grupo, apenas uma minoria relata ter ao menos conversado ou desabafado com familiares e amigos sobre o que vivem em casa.

O atendimento pelo WhatsApp, popularizado entre a maioria da população brasileira, permite que várias mulheres se sintam à vontade para compartilharem suas situações pela primeira vez. Além de facilitar deslocamentos e uso de recursos financeiros (metade de nossas atendidas está desempregada, e quatro em cada dez possui renda individual igual ou menor a um salário mínimo), o contato pelo celular parece facilitar o rompimento da primeira barreira: admitir a violência e pedir ajuda.

Entre as atendidas, são comuns relatos de adoecimento psíquico oriundos da violência doméstica, prejudicando ainda mais pedidos de ajuda. A saúde mental, aliás, tem sido a principal demanda nos atendimentos, dado que nove em cada dez mulheres que buscaram a iniciativa relatam viver situações de violência psicológica. A ausência de políticas públicas que tornem atendimentos terapêuticos acessíveis à maioria da população brasileira dificulta ainda mais a trajetória dessas mulheres. “A mulher enfraquecida nem vai na delegacia”, costumam nos contar. Nesse sentido, a atuação de nossas assistentes sociais e psicólogas tem sido primordial.

Nem tudo são flores, contudo, em se tratando de comunicação digital. Embora a tecnologia tenha facilitado (em partes) a experiência da quarenta, chama atenção, nos números do “Justiceiras”, a relevância de situações de violência que se dão também por meios digitais, via contatos telefônicos ou mensagens e contatos em redes sociais, que correspondem a 25% dos casos atendidos. No mais, três em cada dez atendidas admite que o agressor tem acesso ou controle ao seu celular.

Em muitas situações, as mulheres relataram terem seus aparelhos quebrados ou escondidos pelos agressores. Por esse motivo, criamos técnicas de abordagem e interação com essas atendidas, para que os agressores não descubram que elas estão pedindo ajuda. Desenvolvemos, também, uma escala em que as atendidas avisam em que momento do dia e da semana e através de quais meios seria mais prudente e eficaz encontrá-las.

Ainda em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a substituir a expressão “isolamento social” pela nomenclatura “distanciamento físico”. Por trás de uma aparente simples mudança terminológica está a ideia importante de que, muito embora a manutenção de espaço entre pessoas seja essencial para impedir a explosão do contágio da Covid-19, as medidas adotadas para proteger vidas não devem implicar - de forma alguma - em diminuição ou desconexão das relações sociais. Pelo contrário. No “Justiceiras”, as interações entre atendidas e voluntárias salientam a necessidade de vínculos sociais que circulem afeto, apoio e informações, mostrando, cada vez mais, que não basta só denunciar, é necessário ouvir, respeitar e legitimar a história e as escolhas das mulheres.

Beatriz Accioly Lins

Doutora em Antropologia Social. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Sobre os Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo (NUMAS/USP). Voluntária no projeto “Justiceiras”, atuando como analista e coordenadora de fluxos

[https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zijuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q - 7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-ixk4n](https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zijuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-ixk4n)



